

Autorização de Exploração - Uso Alternativo do Solo

Número da Autorização	Registro Sinaflor	Área autorizada	Validade
2041.5.2025.59233	24124998	17,5600 Ha	15/07/2025 a 15/07/2027
Detentor da autorização		Autorização vinculada	CPF/CNPJ do Detentor
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM		Não se aplica	76.669.324/0001-89
Município de referência		Coordenadas de referência	
PITANGA / PR		-24,801252186 -51,760995577	
Outros municípios associados			
Não se aplica.			

Dados dos imóveis rurais

Não se aplica.

Volumetria autorizada

Produto	Indivíduos	Volume por Ha	Volume total	Unidade
Lenha(m³)	Não se aplica	213,5096	3.749,2285	m³
Tora(m³)	Não se aplica	45,9971	807,7085	m³

Detalhamento da volumetria autorizada

Tora(m³)	
Tora(m³) / Matayba elaeagnoides / Miguel-pintado / 77,0862 m³	Tora(m³) / Jacaranda puberula / Carobinha / ,2290 m³
Tora(m³) / Zanthoxylum rhoifolium / Mamica-de-porca / 10,0812 m³	Tora(m³) / Eugenia involucrata / Cerejeira / 25,9852 m³
Tora(m³) / Myrsine coriacea / Capororoca / 33,5937 m³	Tora(m³) / Syagrus romanzoffiana / Jerivá / 49,0949 m³
Tora(m³) / Alchornea triplinervia / Tapiá / ,9636 m³	Tora(m³) / Campomanesia xanthocarpa / Guabiroba / ,4471 m³
Tora(m³) / Ilex paraguariensis / Erva-mate / ,1269 m³	Tora(m³) / Ocotea puberula / Canela-guaicá / 178,9151 m³
Tora(m³) / Schinus molle / Aroeira-salsa / ,3993 m³	Tora(m³) / Vernonanthura discolor / Vassourão-branco / 8,7604 m³
Tora(m³) / Cinnamomum sellowianum / Canela / 138,8362 m³	Tora(m³) / Araucaria angustifolia / Araucária / 91,9491 m³
Tora(m³) / Luehea divaricata / Açoita-cavalo / 4,6531 m³	Tora(m³) / Cedrela fissilis / Cedro-rosa / 1,0828 m³
Tora(m³) / Anadenanthera colubrina / Angico-branco / ,3863 m³	Tora(m³) / Prunus myrtifolia / Pessegueiro-bravo / ,1359 m³
Tora(m³) / Piptocarpha axillaris / Vassourão-preto / 14,2042 m³	Tora(m³) / Clethra scabra / Carne-de-vaca / 61,6536 m³
Tora(m³) / Mimosa scabrella / Bracatinga / 4,5520 m³	Tora(m³) / Casearia lasiophylla / Cambroé / ,1574 m³
Tora(m³) / Aegiphila integrifolia / Tamanqueira / ,2789 m³	Tora(m³) / Moquiniastrum polymorphum / Cambará / ,4463 m³
Tora(m³) / Solanum mauritianum / Fumo-bravo / ,2776 m³	Tora(m³) / Handroanthus heptaphyllus / Ipê-roxo / ,6165 m³
Tora(m³) / Cinnamomum amoenum / Canela-alho / 102,7960 m³	
Produtos sem indicação de espécie	
Lenha(m³) / 3.749,2285 m³	

Condicionantes

Gerais

<p>1.01 7.1. Requerente: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ; DER/PR. CNPJ: 76.669.324/0001-89. Endereço/Coordenadas UTM SIRGAS 2000 Fuso 22 J ; Início: Rodovia PR-466, Lote 1, Subtrecho 1: a 1 KM do Entr. PR-460/PR-239 (Pitanga) a PR-456 (acesso a Santa Maria do Oeste), extensão de 14,5 km, abrangendo o município de Pitanga-PR. As coordenadas UTM (SIRGAS 2000, 22J) aproximadas são: 421280m E / 7263783m S (início) e 426157m E / 7250424m S (final). Área solicitada para supressão: Vegetação secundária em estágio inicial de regeneração: 6,87 ha. Vegetação secundária em estágio médio de regeneração: 10,69 ha. Árvores isoladas: 263 indivíduos nativos arbóreos</p>

isolados.
1.02 7.1. O planejamento, a execução e os desdobramentos técnicos e legais resultantes da supressão, inclusive a destinação da madeira, deve ter acompanhamento integral de engenheiro florestal em campo, supervisionando e descrevendo as atividades decorrentes na ART.
1.03 7.1. O projeto de compensação ambiental deverá ser apresentado em até 90 dias após a data da emissão desta autorização, atendendo o disposto no artigo 17 da Lei Federal nº 11.428/2006 e na Resolução SEMA nº 03/2019.
1.04 7.1. A supressão da vegetação nativa deverá se restringir apenas às áreas indispensáveis à viabilização do projeto, inseridas dentro do limite da presente autorização florestal.
1.05 7.1. A queda das árvores deverá ser sempre direcionada para a área já suprimida, em oposição à área de maciço florestal e APP;
1.06 7.1. Na execução da supressão deve ser dada a destinação adequada e imediata da matéria prima e dos resíduos florestais.
1.07 7.1. O material lenhoso de espécies nativas somente poderá ser transportado com o respectivo DOF.
1.08 7.1. A manutenção da integridade física e biológica das Áreas de Preservação Permanente (APP) será de responsabilidade do empreendedor.
1.09 7.1. Não poderão ser localizados pátios de depósito de lenha ou toras dentro das Áreas de Preservação Permanente (APP);
1.10 7.1. Executar e manter ações de proteção do solo e de prevenção à erosão, nas áreas de exposição do solo durante a obra e nas adjacências das construções e estruturas do empreendimento.
1.11 7.1. É expressamente proibido o uso de fogo para fazer a limpeza e manutenção da área de domínio;
1.12 Viabilizar plano de emergência para eventuais sinistros que possam ocorrer durante a execução da obra;
1.13 7.1. O IAT, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar licença/autorização ambiental expedida, quando ocorrer: I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença ou da autorização; III superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;
1.14 7.1. Retificar informações e nas matrículas dos imóveis atingidos pelo projeto, realocando reserva legal quando aplicável e registrar a propriedade a ser constituída para o empreendimento; no SICAR Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural.
1.15 7.1. Implantar medidas rigorosas de proteção de pessoas e animais que transitam nas imediações do empreendimento, durante e a após a obra, com vistas à sua segurança e prevenção de acidentes, incluindo sinalizações e oficinas/cursos de educação adaptados às faixas etárias e grau de instrução, abordando os riscos durante a supressão e demais obras e sobre a proibição do acesso ao canal e demais infraestruturas;
1.16 7.1. Adotar e manter medidas eficazes de mitigação dos impactos negativos sobre a fauna local, garantindo a conservação da biodiversidade na área de influência do projeto;
1.17 7.1. Deverá atender a portaria IAT nº 12/2024, no que diz respeito ao programa de afugentamento e resgate de fauna;
1.18 7.1. Realocar indivíduos ameaçados representativos de Dicksonia

sellowiana (xaxim-bugio) e de Butia eriospatha (butiá) para áreas protegidas localizadas no entorno da área de supressão, mediante anuência do(s) proprietário(s) das áreas de recebimento, devendo inseri-los em locais adequados para assegurar a perpetuação das espécies;

1.19 7.1. Coletar sementes de matrizes representativas de Araucaria angustifolia e destinar para produção de mudas em viveiros na região;

1.20 7.1. O IAT mediante decisão motivada poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, bem como cancelar ou suspender a licença quando ocorrer a omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização florestal, ocorrer a superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, e violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

1.21 7.1. O não cumprimento da legislação vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08;

Histórico

Ação	Data do Protocolo
Autorização Emitida	15/07/2025 - 16:31:51



Documento assinado eletronicamente por EVERTON LUIZ COSTA SOUZA, Gerente Autorizador - Escritório Regional do IAP de Pitanga, em 15 de julho de 2025, com fundamento no art. 6º, § 1º do Decreto nº 8.539 de 8 de Outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
<https://sinaflor2.ibama.gov.br/sinaflor2autorizacao/qrcode/20415202559233>